

A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS COMO FACETA DO ESCOLA SEM PARTIDO: O PROJETO EDUCACIONAL DO CAPITAL

Leaúdes Patrick Francisco de Campos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (Brasil)
Endereço eletrônico: leaudes_patrick@hotmail.com

INTRODUÇÃO

403

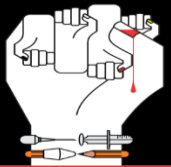
Este texto é parte de uma pesquisa de mestrado que está em andamento, o tema central, Escola sem Partido (ESP), vem sendo estudado desde 2016, inicialmente, através de um curso de especialização, já concluído.

A escolha do objeto se deu pela forte repercussão do ESP, seus dogmas e práticas estavam sendo evocados por alunos dentro das salas de aulas, pelas postagens em redes sociais de seus arautos e pelo alinhamento de políticos conservadores ao projeto.

Esse processo de ascensão e impacto político se agudizou entre 2016 e 2018, tendo como marco inicial o golpe na presidenta Dilma Rousseff, Partido dos Trabalhadores (PT), caracterizado por Luís Carlos Freitas (2018, p. 47) e Dermeval Saviani (2020, p.1) como um golpe jurídico-midiático-parlamentar, indo até o ano da corrida eleitoral, em que vários de seus defensores foram eleitos, inclusive o presidente Jair Messias Bolsonaro, Partido Social Liberal (PSL).

Nesse cenário, passa-se a investigar quais as relações desse projeto, que se intitula apartidário, no campo da educação. Dado que, mesmo sendo considerado inconstitucional¹ pelo Supremo Tribunal Federal (STF) suas facetas estão postas no cotidiano das escolas e conseqüentemente do docente a partir de “reformas” educacionais, no clima de denunciamento e perseguição ao professor, na criação de projetos de lei que preveem a prisão do docente e na militarização de escolas públicas.

¹ BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.580 Alagoas. Direito Constitucional. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Programa Escola Livre. Lei Estadual. Vícios formais (de competência e de iniciativa) e afronta ao pluralismo de ideias. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. Brasília, 24 de agosto de 2020. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1132985901/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-5580-al-4003569-9020161000000/inteiro-teor-1132985902>. Acessado em: novembro de 2020.



METODOLOGIA

O ESP é criado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib o Escola sem Partido apresenta como principal problema da educação brasileira uma suposta doutrinação política², ideológica e partidária dos professores sobre os alunos, defende também que as escolas devem garantir ao responsável o direito sobre a educação moral dos alunos.

Fernando Penna (2017, p. 35) avalia que o ESP, fundado em 2004, não teve

O discurso [...] devidamente enfrentado, [...] desde o momento em que ele surgiu, [...] justamente por parecer absurdo e sem fundamentos legais para aqueles que conhecem o debate educacional, e também porque ele se espalha com muita força, não em debates acadêmicos, mas nas redes sociais. Esse discurso utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional.

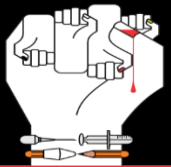
Dermeval Saviani (2017) também ressalta a intenção político do ESP, caracterizando-o como

Um movimento dos partidos conservadores e reacionários, que lutam para manter a ordem existente. E surgiu contra partidos de esquerda que entendem que o papel da escola é formar indivíduos críticos para agir na sociedade visando seu desenvolvimento, transformação e superação dessas condições de desigualdades e injustiças.

Dessa maneira, entende-se o ESP como um elemento ordenador e conformador para que a burguesia não tenha seus privilégios se quer questionados, atendendo a demanda do capitalismo no boicote às classes populares ao acesso à educação.

O controle burguês sobre a educação é fundamental, pois para Florestan Fernandes (2006. p.261-352), existem várias formas de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente, mas, sempre atendendo aos interesses da burguesia que, ao chegar ao poder, abandona o aspecto revolucionário e se torna conservadora, perdendo o interesse de promover qualquer transformação social. Nesse contexto, a burguesia se torna uma força política regulativa, com característica opressiva, convertendo a dominação burguesa como a única forma de poder legítimo.

² ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Escola sem Partido.org**. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acessado em: 30 de out. de 2020.



Essa relação fica bem evidente se tratando do ESP, quando nas eleições de 2018, publicam em seu site um termo de compromisso³ para que candidatos se comprometessem com as doutrinas do programa, caso fossem eleitos.

RESULTADOS E DISCURSÕES

Empossados, parlamentares apresentam uma séria de projetos de lei nas casas legislativas de todo país. Em 2019, a oposição já era grande no campo político e jurídico em relação ao projeto. Mas, àquela altura, os dogmas do ESP já se faziam presentes em várias instituições de ensino, através de uma prática que já existia desde a década de 1990, e que foi um importante peça publicitária na campanha de 2018, a militarização de escolas.

Em 2019 são 203 (duzentas e três) as escolas públicas estaduais e municipais militares e militarizadas, com perspectivas de expansão. Elas fazem parte da rede pública de ensino e são administradas por uma força militar específica, como a Polícia Militar ou o Corpo de Bombeiros Militares, e não contam com a participação do Ministério da Educação em sua criação. (XIMENES, STUCHI e MOREIRA, 2019, p. 613-614).

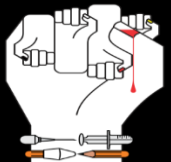
Com histórico de perseguição a professores grevistas, controle de lideranças e impedindo a reflexão nas escolas, pode-se associar as escolas militarizadas aos objetivos do ESP, pois a escola é meramente um espaço reprodutor do status quo, sendo, portanto, o projeto de educação do capital.

CONCLUSÕES

Conclui-se, portanto, que, o Escola sem Partido foi um fator importante na pauta dos candidatos conservadores nas eleições de 2018, com uma forte atuação nas redes sociais seus ideais foram destilados contra intelectuais, professores, ativistas e autores de livros etc. O trabalho docente passou a ser perseguido sobre argumentos frágeis, e com uma alta carga de ódio e violência.

Sendo o projeto de educação do capitalismo, o ESP objetiva promover a educação para o conformismo, buscam manter o excluído sobre o controle e impedir

³ Fonte: Escola Sem Partido [S.l.], 2018? a. **Eleições 2018**. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/eleicoes2018#senadores>. Acessado em: 15 de novembro de 2018.



qualquer foco de reflexão, para isso, a importância das escolas militarizadas nesse projeto, pois sua gestão é uma forma de controle ideológico.

PALAVRAS – CHAVE: Escola sem Partido. Educação. Escola Militarizada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (LDBEN).** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Brasília: MEC, 1996. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em: 05 de janeiro de 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Eleições 2018.** Disponível em:
<https://www.programaescolasempartido.org/eleicoes2018#senadores>. Acessado em: 15 de novembro de 2018.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. **Escola sem Partido.org.** Disponível em:
<https://www.escolasempartido.org/>. Acessado em: 30 de out. de 2020.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica.** 5. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

FREITAS, Luiz Carlos. **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PENNA, F. A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. **Escola "Sem" Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 1, 2017. p. 35 - 48.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1–18, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.21512. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512>. Acessado em: 26 abril 2022.

SAVIANI, Dermeval. ‘Escola sem Partido’ fere o bom senso, diz Saviani: Pedagogo e filósofo concederam entrevista à Sedufsm, onde falara sobre o papel da escola. Entrevista concedida à Bruna Homrich. **SEDUFMS**, Santa Maria – RS, 24 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.sedufsm.org.br/noticia/4425>. Acessado em: 15 de jan. de 2021.

XIMENES, S. B.; STUCHI, C. G.; MOREIRA, M. A. M. A militarização das escolas públicas sob o enfoque dos três direitos: constitucional, educacional e administrativo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, p. 612-632, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/96483>. Acessado em: 24 de janeiro de 2022.